

cuja residência fica a aproximadamente cem quilômetros da escola, me recebe em sua sala com um sorriso impossível de ser descrito. Me despeço da escola com um pedido de Marilza cheio da serenidade de quem está muito grato pela possibilidade de ser ouvido e, principalmente, de existir: *volte aqui mais vezes!*

#### 4.5 Alegoria: A visita do prefeito



Figura 21 – Chegada do prefeito à comunidade do Tabuleiro (Fonte: arquivo pessoal)

Quando uma escola de samba entra na avenida, chama a atenção pela comissão de frente, pelas alas que compõem um conjunto de diferentes cores, pela alegria do samba, mas também pelas alegorias e adereços. As alegorias são compostas pelo cenário organizado em cima dos carros alegóricos, que deve ser movido com recursos simples, empurrados pelos componentes da escola.

A criatividade na criação das alegorias é avaliada durante o desfile, pelas ideias surpreendentes que transmitem, pelas formas e cores, pela riqueza dos

materiais utilizados, pelos detalhes nos acabamentos que causam um efeito visual diferenciado quando bem feito.

Há alegorias que se caracterizam pela beleza, outras pela inovação. Há, contudo, alegorias polêmicas, alegorias mal-acabadas, alegorias de todo tipo.

Faço uso dessa noção para narrar a visita do prefeito à comunidade do Tabuleiro no dia 25 de março de 2011 às dez horas da manhã. Poderia ser um encontro de acordos, negociações, mas poderia ser também uma visita simples, sem muitas novidades, sem soluções apresentadas. O encontro foi realizado em um sítio da comunidade do Tabuleiro. Marilza, diretora da Escola Municipal Bairro Tabuleiro, mobilizou todas as diretoras de outras escolas de difícil acesso para que estas pudessem informar às comunidades onde se instalam as demais escolas que, depois de alguns anos, o prefeito estaria presente na região. Era, segundo ela, um momento muito importante para que as comunidades de difícil acesso pudessem colocar suas questões diretamente para o prefeito.

Segunda-feira, dia 25. No sítio onde acontecerá a reunião aos poucos vão chegando moradores de várias localidades de Xerém. A principal questão naquele momento entre os que estavam ali se referia às condições da estrada de acesso ao sítio e as possibilidades de compreensão da questão. Um dos moradores expressa as dúvidas da comunidade.

Depois a chuva de domingo não sabemos bem se a estrada de terra batida está em condições de travessia para a tão esperada visita do prefeito. Se estiver boa, o prefeito vai conseguir chegar aqui e, quem sabe, por conta disso, não ache ser tão urgente a melhoria da via. Se a estrada estiver ruim, o prefeito viverá nossas dificuldades diárias como moradores dessa comunidade. Saberá o que sofremos quando alguém de nossas famílias adocece e precisa de atendimento médico. Saberá que nossos filhos não frequentam regularmente escola da comunidade porque chegar até ela com a estrada precária é uma tarefa impossível. Saberá também que produzimos aipim, milho, goiaba, mas não vendemos nossa produção no próprio município porque o acesso aos distribuidores daqui de Caxias é feito através do trecho mais precário da estrada. Mas tudo isso somente se ele conseguir chegar até aqui. Se a estrada estiver ruim, talvez ele nem consiga chegar e retorne ao centro sem nos ver, sem ouvir nossas reivindicações, sem conhecer as especificidades de nosso modo de viver. Preferimos que ele chegue e, mesmo não vivendo as nossas dificuldades cotidianas, possa nos ouvir. Tomara que a estrada esteja boa...

O prefeito chegou à comunidade às dez horas, pontualmente, junto com vários secretários. A visita fazia parte do Programa “Governando com o Povo”. De acordo com o site da prefeitura,

a iniciativa consiste em reuniões entre o prefeito Zito e os integrantes das comunidades, que apresentarão as principais reivindicações da população. Os

pedidos serão incluídos nos projetos da Prefeitura e executados de acordo com as solicitações dos moradores para suas regiões.

(Disponível em: <<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/noticias/noticia/2779>>)

Depois de informar que estava ali para ouvir os moradores e ter apresentado seus secretários, o prefeito José Camilo Zito entregou o microfone aos moradores que foram se organizando para apresentar suas reivindicações. As pautas eram entregues pelos moradores ao prefeito escritas à mão e em pequenos pedaços de papel.



Figura 22 – Visita do prefeito à comunidade do Tabuleiro (Disponível em: <<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/noticias/noticia/2779>>)

Uma das falas que mais me chamou a atenção durante o encontro foi a de Cosme Henrique Gomes Miranda, que representou os moradores do assentamento Terra Prometida, da comunidade de Piranema, que se localiza na divisa do município de Duque de Caxias com Nova Iguaçu. Ele procurou durante sua fala, expor as dificuldades e anseios comuns a todos os moradores de áreas de difícil acesso. Apresento, então a transcrição da fala de Cosme nessa reunião.

Nós, trabalhadores rurais que vivemos da agricultura na região de Piranema, temos muitas demandas para melhorar as condições de vida de nossas famílias. Faz muito tempo que Caxias já teve uma política voltada para o setor agrícola, mas, ao longo dos anos, vem perdendo produtores rurais, a ponto de, nos últimos dez anos, o número de agricultores ter diminuído de 5000 para 2500 por falta de estrutura agrícola. Atualmente, o avanço que tivemos, foi a criação do Conselho Municipal de Agricultura de Caxias, mas precisamos dar outros passos que dependem do conjunto da prefeitura. A agricultura em Caxias tem potencial. Poderíamos estar vendendo produtos agrícolas para a merenda escolar, nas feiras, mercados e restaurantes da Baixada Fluminense, desenvolvendo economicamente o meio rural. Mas, isso, necessita de políticas públicas da prefeitura e da atitude de seus secretários em fazer acontecer. Acreditamos que seja da vontade do senhor

prefeito mudar esse cenário e atender as reivindicações das comunidades rurais do município de Caxias. É nesse sentido que apresentamos as demandas que são do interesse de todos os trabalhadores que vivem da produção agropecuária em nosso município.

Ao apresentar o quadro da evasão de trabalhadores na agricultura municipal, fato provocou surpresa entre os que ali estavam presentes, Cosme nos chamou atenção para o potencial agrícola de Duque de Caxias e a não-percepção acerca da redução da população que sobrevive por conta desta atividade. É possível que, em meio às concepções modernas do rural como o atraso em relação ao urbano, haja a crença de que melhoria signifique abandono deste modo de vida. Conforme Arroyo (2004) explica, *por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores é a que considera o campo como o lugar atrasado, do inferior, do arcaico* (p.11). Em seguida, Cosme inicia a enumeração das reivindicações para a região.

Em primeiro lugar, patrulha mecanizada. Somos muitos agricultores que precisamos de maquinários da prefeitura para garantir infraestrutura básica. Para isso, se faz necessário a patrulha mecanizada composta por dois tratores, uma retroescavadeira, um caminhão e uma moto niveladora. Essas máquinas são solicitadas constantemente por nós, agricultores, e acabam não atendendo à demanda por serem poucas. Por isso, acreditamos que essas devem ficar, em específico, sob a responsabilidade da administração do Conselho Municipal de Agricultura, para atender a região rural. Já sabemos da licitação para compra de dois tratores para a agricultura com recursos da secretaria de meio ambiente. Reforçamos a importância e a iniciativa do secretário, mas as máquinas ainda não chegaram e nem tem previsão de chegar. Nossa demanda de trator aponta que é necessário os quatro tratores sob o controle e uso dos agricultores. Queremos plantar!

As palavras de Cosme expressam seu engajamento político e o conhecimento das ações desenvolvidas pela prefeitura, da aquisição de bens e das licitações realizadas. Superando também muito daquilo que o conceito de cidadania burguesa estabelece acerca dos integrantes do Movimento dos Sem Terra, Cosme evidencia que o morador do campo não é omissor no que se refere à ação política possível e as ações realizadas pelo governo instituído. Continuando sua fala, Cosme apresenta propostas para a questão do transporte nas áreas rurais do município e mostra as possibilidades de retorno financeiro ao município que a produção agrícola promoveria caso houvesse tal assistência.

Em segundo lugar, transporte coletivo. Quando precisamos ir ao centro de Duque de Caxias, nos falta transporte. Daí, precisamos pedir carona e contar com a solidariedade dos vizinhos que possuem carro, moto ou carroça. Precisamos de

ônibus que rode as regiões rurais, ao menos quatro vezes ao dia, para as comunidades rurais saírem do isolamento. A exemplo do que nós fazemos lá em Piranema, é mais fácil você entrar pelo lado de Nova Iguaçu do que sair para o lado de Caxias e, aí, a consequência disso: entra muito dinheiro com a produção de aipim, de banana... quem vive lá sabe disso. É o dia inteiro comprador levando a nossa produção pra cima e pra baixo. É muito dinheiro que circula. O problema, é que esse dinheiro não é caixa aqui do município porque não tem como se ligar aqui, no centro do município de Caxias. Então, pensando lá em Piranema, e não só lá, em vários cantos por aqui, existe a necessidade do transporte coletivo.

Cosme inicia, então, a enunciação das questões referentes ao atendimento dos serviços básicos de educação e saúde. Trata, sobretudo, das especificidades e do isolamento das áreas rurais.

Em terceiro lugar, a saúde. Há dois anos atrás a gente teve uma reunião aqui com o prefeito para falar sobre o “Programa de Saúde da Família” e, pensando muito na nossa comunidade lá, eu acho que agora é a oportunidade para pensar na zona rural como um todo. Existe um programa, o “Programa Saúde da Família Rural”, o PSF Rural. É assim que chama. A prefeitura de Caxias e o secretário de saúde, se estiver presente, eu acho até que poderia pegar isso, porque é formado por um médico, um enfermeiro e três ou quatro técnicos que podem ser, inclusive, os nossos filhos que moram aqui, que têm o segundo grau e que podem trabalhar fazendo o acompanhamento da nossa saúde. Então, ao invés dos nossos filhos quererem ir embora pra cidade, pra nós ficarmos velhos aqui e, depois de velhos, não ter ninguém para cuidar de nós, nossos filhos teriam a oportunidade de viver aqui na roça. Então, é uma possibilidade que existe: só depende da secretaria de saúde encaminhar e não encaminhou até hoje. Você, prefeito, sabe disso desde aquele tempo e agora aproveito pra fazer o pedido pensando em toda a zona rural. PSF pra toda a zona rural!

Sobre a educação do Campo: recentemente, os companheiros fizeram o seminário de educação do campo, alguns aqui até estiveram presentes, aqui em Caxias e a gente acha que a secretaria de educação precisa dar andamento à questão da educação do campo. Há leis hoje, há recursos que possibilitam a formação e a graduação e até fazer a faculdade dos nossos filhos. Não é porque a gente vive na roça que não pode ter estudo. Os nossos filhos vão pra cidade, vão estudar na cidade e vão abandonar a roça. Então, hoje há vários recursos que possibilitam a educação do campo, e a gente pode até contribuir neste sentido, para a secretaria de educação avançar, para pensar a escola não só como uma área onde a gente matricula as nossas crianças, que vai da primeira à quarta série ou da quinta à oitava série e depois os nossos filhos vão para a cidade. A gente quer que as nossas crianças tenham amor pelo campo. Como fazer? As escolas são muito pequenininhas, nossas crianças estudam emboladas. A situação de nossa comunidade não é diferente, não. A Escola Municipal Sargento João Délio foi até ampliada. Só que ampliou, mas ainda assim, não atende à demanda. Tem muitas crianças que estudam emboladas lá. Isso é um problema para nós. Não tem espaço onde essas crianças estudem agricultura, agroecologia, onde elas possam praticar, pra conhecer, pra que elas possam pegar o gosto pelas questões da terra... aí, o que é que vai acontecer? Achar que o estudo não tem nada a ver com a roça, vão embora pra cidade! Alguém está preocupado com essas coisas além de nós? A Secretaria de Educação precisa nos ajudar a construir no campo uma educação do campo, com os agricultores que vivem no município de Duque de Caxias. Sem contar também a oferta de programas que possibilitem a graduação, coisa que nós, agricultores, também podemos contribuir... é possível a gente avançar para formar professores, nossos filhos se tornarem professores da nossa própria escola do interior, pra poder formar nossas crianças. Aí, não precisa sair do campo pra poder ir pra cidade pra “ter melhorias”. A gente acha que é possível estas melhorias chegarem ao campo e a educação é um carro-chefe neste sentido. Estimular a educação é um carro-chefe para poder avançar num rural muito melhor.



Figura 23 – Cosme, morador da comunidade Piranema, apresentando as reivindicações das comunidades de difícil acesso (fonte: arquivo pessoal)

Sobre a educação do campo, Cosme nos chama a atenção para a reflexão acerca das funções que majoritariamente a sociedade vem definindo para a escola nas áreas rurais. Trata-se da imagem de que para a “escolinha rural” qualquer coisa serve. Arroyo (2004), denunciando o pensamento majoritário que se expressa muitas vezes na academia, na política e nos governos, critica.

Para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras. Pra sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não há necessidade de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. (p.71)

Deste modo, a negação do direito à educação explicitada por Cosme ao afirmar a impossibilidade na continuidade dos estudos no espaço rural, reforça a concepção de que o padrão de normalidade quando se trata de educação é a

cidade, enquanto a exceção, a anormalidade, o de fora é o campo. Sobre isso, Arroyo (2004) explica:

Daí, que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas se lembram do campo quando se lembram de situações “anormais”, das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”. Não reconhecem a especificidade do campo. É curioso constatar que se pensa na escola e na professora rural apenas para sugerir que sejam adaptados os calendários, flexibilizados os conteúdos, ou que sejam levados em conta os regionalismos... O suposto é que as propostas, os conteúdos, sejam iguais para todos e devam ter a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo ou da cidade para as experiências modernas de produção e do mercado. (p.80)

Reconhecendo a importância da escola como elemento-chave para mudança de concepção sobre o campo, Cosme deixa claro que a questão se instala no padrão de escola que se tem, com suas culturas e seus valores. Segundo ele, uma escola diferente contribuiria para a fixação do homem no campo, para a valorização do meio rural e para a identificação com este modo de viver. Como reforça Caldart (2004), *a escola não move o campo, mas o campo não se move sem a escola* (p. 107). Cosme continua sua fala, tratando da questão da redefinição de determinadas áreas do município como território rural.

Sobre o território rural: é uma questão que eu diria que é... complicadíssima! A gente tem, sabe que existe, uma área rural, mas temos a necessidade de um território delimitado rural que foi extinto há um tempo atrás. Isso faz com que nós agricultores tenhamos que cair numa condição de endividamento por impostos. Pra quê? Pra favorecer a especulação imobiliária, pra nós abandonarmos os nossos lotes e irmos para a cidade. Aí, uns outros vêm pedir “asfalto na roça”. Nós não queremos asfalto, nós queremos “estrada boa”. É diferente! Asfalto é uma outra coisa. Quem pensa em asfalto está pensando em especulação imobiliária e, quando não tem o território rural delimitado, facilita para esses especuladores, pra essas empresas grandes virem aqui e nos expulsar, nos fazendo ir embora, destruindo tudo isso que aqui a gente está vendo... a gente vem no caminho pra cá, um frescor na mata, não é? Deixa tudo fresco! Agora, vai lá onde nós moramos, em Piranema: em volta tem um monte areais destruindo tudo, tudo seco, um calor absurdo. Só há areal em volta de nós. Eles estão tirando a areia e deixando as crateras lá. Então, nesse sentido, a gente acredita que definir o território rural, de fato, é fundamental para tecer uma política específica para a área rural que nos proteja desses especuladores, desses grandes aí, que vêm querer expulsar a gente da roça e a gente acha que vivendo na roça a gente vive melhor... e quem está na cidade não está vendo isso.

O tratamento dado à temática do território rural por Cosme conduz seu ouvinte à compreensão de que a não-delimitação deste espaço produz o êxodo, impede a produção, urbaniza o campo e abre brechas para grandes empreendimentos. Há, contudo, uma discussão não apresentada por Cosme, que abarca os interesses da própria prefeitura. Enquanto as localidades de difícil

acesso forem definidas como território urbano, a tributação sobre as propriedades será feita por meio de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é de âmbito municipal. Se definidas como território rural, essas propriedades passarão a ser tributadas através do Imposto Territorial Rural (ITR), de âmbito federal. Sendo assim, para o governo municipal, acaba por se tornar muito mais relevante a definição de áreas urbanas do que a de áreas rurais. O valor da tributação é mais alto e passa a compor diretamente a receita municipal. A definição do que é rural e urbano para o planejamento do município é feita a partir da aprovação de lei municipal pela Câmara de Vereadores. Em cada localidade, são desenhados perímetros urbanos e rurais em função dos interesses e das perspectivas de desenvolvimento territorial do município. Essa definição conserva relação estreita com os objetivos políticos, esbarra em relações clientelistas, resultando no crescimento da lógica de expansão do urbano sobre o rural, com a abertura de loteamentos residenciais, muitas vezes de cunho eleitoreiro. Como afirmam Santoro, Costa e Pinheiro (2004):

É comum uma certa precariedade dos instrumentos de planejamento do território rural na maioria dos estados brasileiros, os quais poucos ainda possuem sequer mapas que mostrem as estradas, recursos naturais, vilas, etc. De fato, ainda se sabe muito pouco do que ocorre fora dos perímetros urbanos. (p.6)

Os próprios critérios adotados para definir e diferenciar rural e urbano pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) são feitos a partir dos perímetros demarcados pelos municípios. Veiga (2003) propõe outros critérios para definir esses termos, como o número total de moradores e a densidade populacional. Para esse pesquisador, *o rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais* (p.49). Deste modo, solicitar à prefeitura a demarcação do território rural nas comunidades de difícil acesso acaba por envolver interesses políticos e econômicos. Cosme, que não entrou no mérito da reflexão feita acima por evidenciar em sua fala a busca pela negociação de interesses e não do embate, continuou suas reivindicações procurando mostrar de que maneiras o atendimento das demandas específicas das comunidades de difícil acesso poderiam vir de encontro aos interesses políticos da atual gestão municipal.

Bom, não temos CEP, luz, aí, se for botar o que não tem... aí, é tanta coisa... é uma "fartura" só! Falta CEP, falta luz, não tem uma sessão eleitoral. Pra vocês terem

ideia, a maioria do povo lá da nossa região, por exemplo, vota na região de Nova Iguaçu. É o que a gente quer? Não! A gente quer votar nos nossos vereadores, nos nossos prefeitos, no nosso município. Mas, como se faz isso se não tem nenhuma zona eleitoral por lá? Lá tem uma escola e aí, essa escola poderia virar... e a gente pôs isso na pauta, prefeito, que todas as escolas virem zonas eleitorais nos períodos de eleição. Isso tem que ser construído no Tribunal da Justiça Eleitoral aqui de Caxias pra que possa fazer com que os nossos agricultores não precisem ficar dependendo de um amigo ou de um vereador interesseiro que nos dê carona pra nós votarmos nele. A gente quer votar com consciência, com dignidade, e é disso que depende cumprir a missão da prefeitura. A gente acha que é possível. Vão construir mais escolas? Então bota lá uma sessão eleitoral pra gente não ter que demorar muito pra ir votar.

Prefeito: Sobre isso, a Escola Sargento João Délio atende às necessidades de vocês?

Cosme: Sargento João Délio, por exemplo, poderia ter uma sessão eleitoral. Na Escola Sargento João Délio, hoje, as nossas crianças estudam emboladas. Sabemos que o esforço foi grande, que ampliou, estão tentando... mas a gente não pode perder a oportunidade de pedir mais porque para nós, é raro isso acontecer. É difícil ter a oportunidade de conversar... Se ele (o prefeito) está nessa prefeitura, é porque ele é bom e a gente não tem que ficar aqui elogiando: ele tem que cumprir o papel dele e nós temos que reivindicar os nossos direitos.

Vale citar aqui que a negociação de interesses proposta por Cosme em sua fala, produziu a única inserção do prefeito durante a apresentação das demandas. Ao citar a possibilidade de ampliação do número de eleitores nas áreas de difícil acesso, o prefeito interrompe, propõe uma solução. Cosme continua.

Então, sobre a estrada... se conseguisse colocar uma via organizada para nós, seria um grande avanço. Melhor do que isso: é dar uma "melhorada", porque nós não temos estrada, e ir integrando no nosso assentamento, por exemplo. Nós estamos com muita produção lá enalhada, há companheiros nossos se matando carregando a produção de bicicleta ou no lombo de um burro e não tem nem como construir a casa no sítio que tem porque não existe estrada. Aí, senhor prefeito, em específico, a única coisa que a gente queria em específico pro assentamento Terra Prometida, se o senhor pudesse ir lá com o secretário de obras... se o secretário de obras pudesse ir lá dar encaminhamento para nossas estradas, fazer a nossa estrada existir... porque através dela a gente dá condição pra construir casa, pede o fornecimento de luz elétrica, consegue resolver a questão do CEP, já é o fio da meada que desembola tudo. Desembolando tudo, a gente até pega créditos, financiamentos, valoriza nossas cooperativas pra poder entrar numa competição da merenda escolar, senão, fica difícil nós quereremos vender se a gente não tem como escoar a produção... então, é o fio da meada no caso do nosso assentamento lá, que se puder resolver pra nós, será muito bom. Agora, sobre as estradas, no geral, não foi falado, né? A deficiência é total. E, aí, não é um caminho ou outro, num lugar ou noutro. Está tudo capenga mesmo!

Cosme vai concluindo sua fala, mostrando ao prefeito como uma determinada política desemboca em muitos benefícios. Trata-se de ações simples e que produziram grandes avanços para a dignidade de quem vive em áreas de difícil acesso.

E, por último, a gente tem a feira do agricultor, que é uma tentativa e nós temos que reforçar isso. Hoje, a gente comercializa a nossa produção para vários cantos. Acho que quem aqui produz, seja a produção de leite ou outra produção, vende pra todo

mundo. Gente que vem de fora de ônibus, caminhão, bicicleta, moto, para levar produção nossa. Mas a gente não consegue ter um espaço organizado pela prefeitura onde nós, produtores de Duque de Caxias, possamos colocar os nossos produtos lá. E não adianta só dar só o espaço e dizer que está lá não. Tem que dar o espaço, o acompanhamento técnico e dar o transporte pra que a gente possa levar o nosso material até lá. Então, um conjunto de coisas que precisam ser feitas.

Fechamos a nossa pauta agradecendo a atenção do senhor prefeito e dos secretários com a certeza de que seremos atendidos em nossas demandas. E, desde já, queremos convidá-los a uma visita na região de Piranema e no Assentamento Terra Prometida. Nos desculpe pela sinceridade na hora de expor os problemas, mas é que precisamos viver dignamente na nossa terrinha, produzindo e criando nossa família, com a cabeça erguida de estar cumprindo nosso papel de cidadão brasileiro. Os agricultores de Caxias pedem socorro para que a agricultura por aqui não se acabe. Não podemos deixar que os agricultores permaneçam no esquecimento. Obrigado!

A fala do morador Cosme enumera claramente algumas das principais dificuldades das comunidades de difícil acesso de Duque de Caxias. A reivindicação pelas especificidades do rural, sobretudo nas questões que tangem à saúde e à educação, permearam todo o discurso que alcançou a realidade de muitos ali presentes, mesmo não sendo moradores da comunidade Piranema.



Figura 24 – Morador da comunidade Piranema, Cosme entrega ao prefeito sua pauta com as reivindicações para as comunidades de difícil acesso (Fonte: arquivo pessoal)

Após a fala de Cosme, o prefeito pediu a palavra. Segue sua resposta.

Eu vim aqui para ouvir. Me disseram que houve um problema outro dia com um secretário que não estava querendo ouvir as pessoas... eu falo para os meus secretários que eles têm que ouvir. No mínimo, eles têm que ouvir, porque quem não ouve o povo, não vai poder ir pras urnas, não tem com ser uma autoridade, como ser um representante do povo. Eu não participo disso. Eu participo de um governo em que você tem, no mínimo, que respeitar as pessoas. Então, a primeira coisa que eu fiz foi pedir pra vir até aqui, e eu falei que estaria aqui às dez horas, e às dez horas eu estava aqui. Quero deixar claro que eu sou filho de família humilde. Meus pais são analfabetos e eu digo isso com orgulho e, talvez, alguma parcela das pessoas aqui conheçam a minha vida. Eu trabalho desde os sete anos de idade. Eu tenho cinquenta e oito anos de Duque de Caxias. Eu sei o que é sofrer. Eu sei o que é não ter uma escola pública de qualidade, eu sei o que é não ter uma praça pública, eu sei o que é jogar uma “pelada” nas ruas com esgoto a céu aberto nas nossas portas, enchente... hoje, às vezes, as pessoas reclamam (e com toda razão), porque nós queremos cada vez mais melhorias. Mas também eu sei do avanço que eu proporcionei quando prefeito eu fui, quando político eu fui, porque eu sou diferente dos outros. Vir aqui em época de eleição é mole! Depois, eu quero ver é fazer! Tratar e não cumprir não adianta nada. Contar história não adianta nada! Na minha fala, logo no início, eu disse: eu não estou aqui para tratar, estou aqui para ouvir! Agora, eu vou sentar com os meus companheiros lá no meu gabinete e eu até já puxei a orelha deles (secretários de governo) aqui porque eles ficam falando as coisas entre eles... Não tem que ficar falando entre eles. Tem que falar pra mim! Porque desculpas pra vocês não são eles que têm que dar. Sou eu é que tenho que explicar porque é que tem máquina aqui ou porque é que não está tendo. Eles não têm que dar desculpas para vocês. Desculpas não adiantam, tem que haver solução!

Sobre esta fala, vale refletir acerca das estratégias apresentadas em seu decorrer nas quais um possível reposicionamento do ouvinte no sentido de uma adesão se dá em virtude da identificação com as dificuldades de vida citadas e com a expressão de uma autoridade sobre aqueles que, em alguns casos, se apresentam como a hierarquia imediata de ação pública instituída. Foulcault (2008), no texto “A ordem do discurso”, nos explica como se dá esta manipulação.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (p. 4)

O prefeito dá continuidade a sua fala, mantendo o conteúdo de enaltecimento de sua vida pessoal e política.

Então, o que eu quero deixar bem claro é que eu saio daqui rico de conhecimentos: conhecimentos das dificuldades, das necessidades em que eu tenho que avançar, porque aqui, e eu entendo porque poucos fizeram algo aqui, não elege ninguém... mas eu não estou em busca de me eleger... eu estou em busca de fortalecer a minha mente, o meu coração e a minha responsabilidade. Eu já cheguei num ponto que Deus já me deu muita coisa... rapaz, eu era carroceiro! Eu hoje tenho o título na minha casa de “melhor prefeito” que eu recebi lá em Cuba, lá na África... Eu antes andava de carroça e hoje eu ando de veículo, porque Deus possibilitou que eu tenha. As minhas propriedades são todas aqui em Caxias Os meus filhos estão todos encaminhados. Então, o que eu quero mais dessa vida? É poder ajudar o

próximo. É poder agradecer a Deus respeitando verdadeiramente aquele que espera que alguém o respeite. Isso eu falo para os meus companheiros (secretários) e eu vou falar para eles porque vai ter reunião com os secretários hoje. Por isso, eu marquei pra vir aqui. Não deixo aqui nada “palavrado”. Mas vocês verão que as melhorias vão ocorrer, porque eu vou sentar com eles e vamos discutir o trabalho e os êxitos para que verdadeiramente vocês possam começar a ter um pouquinho mais de esperança. Eu tenho que renovar essa esperança dentro da mente e do coração de vocês. Eu espero poder fazer isso e vou pedir a Deus para me orientar, me dizer de que forma devo fazer, como aqui já consegui algumas ideias que estão guardadas, pois eu vou conversar com meu grupo de trabalho. Então, eu quero deixar minha gratidão por vocês, por vocês me receberem como me receberam. Agradecer pela manifestação de carinho e respeito. Podem ficar tranquilos, porque às vezes, as pessoas acham “o Zito é muito bronco, muito fechado”... eu não sou nada disso! Eu sou um cara que vive pensando nas minhas responsabilidades quase que vinte e quatro horas por dia, porque eu tenho um Deus que eu sigo, eu tenho uma comunidade que acredita em mim, eu tenho uma cidade que votou em mim, eu tenho uma população sofredora e eu vim de onde essas pessoas vêm.



Figura 25 – Fala do prefeito às comunidade de difícil acesso (Fonte: arquivo pessoal)

A partir deste momento, o prefeito passa a reforçar a ideia predominante acerca do rural enquanto lugar bucólico, romantizado. Tal concepção invisibiliza as tensões que envolvem a relação do homem com a terra. Sobre isso, Arroyo (2004) afirma que *não podemos romantizar a vida do campo e que as relações sociais no campo foram e são tensas. Nessa permanente tensão, e não em uma relação bucólica, foram produzidas matrizes culturais que marcam todos nós* (p.79). Entretanto, mesmo com estas matrizes culturais, predomina a ideia de que no campo não há problemas.

A minha história não é da agricultura, mas eu gosto muito... eu moro num sítio hoje. Eu tenho a minha casa, eu me mudei pra Santa Cruz da Serra porque eu gosto de sítio, gosto de plantar, gosto de colher, eu gosto de fruta, eu gosto de árvore, gosto

de terreno arborizado, gosto de plantas, então, eu me identifico com tudo isso aí... então, eu quero parabenizá-los e agradecer. Vocês verão as coisas acontecerem. Em algum momento, vocês podem ter certeza, eu vou pedir pra voltar aqui pra analisarmos se depois de algum tempo alguma coisa aconteceu, se avançou, se não avançou. Então eu quero deixar aqui o meu muito obrigado a todos vocês e pedir desculpas em algum momento, porque eu sei que às vezes meus companheiros secretários dão um "molezinho". Ao companheiro (Cosme) aí, que disse que não se deve parabenizar a quem faz, eu acho o contrário. Eu acho que sim, que se deve sim! Você sabe qual é o melhor combustível que eu tenho na vida? É a gratidão. Não é o dinheiro, não é o salário que eu ganho. É a visão que o povo tem de que eu sou trabalhador, de que eu sou diferente dos outros, de que eu não sou mentiroso, de que eu não sou contador de histórias... Vocês verão que eu não falei em nenhum momento mal de ninguém, de nenhum político. Sabe porquê? Porque eu quero saber o que eu fiz, do que eu fiz e do que eu quero fazer. Então, esse é o meu rumo. Eu quero que tudo melhore porque eu já melhorei muito. É lidando com as pessoas, lidando com o sofrimento das pessoas, vendo que as pessoas acreditam em você, que muitos que vão perdendo aquele otimismo, aquela esperança, que aquela chama vai se apagando. Eu acho que todos os meus companheiros que trabalham comigo sabem como é meu modo de ser, de agir, de nunca enrolar ninguém, de não contar história, de nunca prometer o que não pode se fazer e de se dedicar sempre a solucionar os problemas. Peça a Deus, bota lá o joelho no chão, peça a Deus que possa iluminar a cada um de nós no governo, para que eu possa encontrar o caminho de servir. Esse povo está precisando realmente que nós façamos a diferença. Eu quero pedir desculpas a vocês porque eu tenho um compromisso. Vocês sabem que ontem, com aquela chuva toda... nós temos um problema muito sério lá no Jardim Primavera. Eu vim de lá preocupado porque o governo passado deixou um corte na barreira lá e eu tenho que resolver porque a coisa lá é muito séria! Então, eu vou pedir licença porque eu tenho que mandar uns caras para lá para limparem. Que aliás, o povo de lá já deve estar dizendo "cadê o prefeito?" "o prefeito sumiu?" "ele não veio ver os problemas aqui!".. mas eu já tinha marcado o compromisso aqui e vim pra cá. Ok?

Após a fala do prefeito, remeti-me imediatamente à bíblia, livro de Gênesis, quando trata da Torre de Babel: perguntas feitas em uma língua e respostas dadas em outra. Contudo, longe de acreditar que as demandas das comunidades não tenham sido compreendidas pela administração municipal, a fala do prefeito revela o quanto o poder público instituído se utiliza de estratégias diversas de linguagem, mediante discursos similares em diferentes espaços do município, cuja população possui diferentes demandas. De acordo com Santos (1984),

o objetivo não é resolver as contradições, mas antes dispersá-las, mantendo-as em níveis toleráveis e funcionais perante as exigências da acumulação capitalista no momento histórico e na conjuntura de dados. Para tal é necessário controlar os problemas e as tensões sociais em que essas contradições se manifestam, o que se obtém através de mecanismos de dispersão (p.61).

Os mecanismos de dispersão podem ser observados de maneira regular na prática política do Estado, como por exemplo, ao atribuir a Deus a futura eficácia ou ineficácia das políticas públicas, fato que constitui, por sua propaganda ideológica, um mecanismo de socialização/integração. A inaplicação acaba por se constituir, pela omissão administrativa ou pelo vazio que cria, um mecanismo de trivialização ou mesmo de neutralização. Desse modo, o discurso do prefeito revela a conversão

das demandas em um conjunto de “reclamações sociais” suscetíveis de serem resolvidas dentro dos limites estruturais e de compatibilidade funcional impostos pela lógica do instituído.

Após o encontro, procurei por Cosme. Perguntei a ele o que pensava acerca do encontro. Ele disse não acreditar que momentos como esse rendam bons frutos, mas que não poderia perder a oportunidade de expor diretamente ao prefeito as necessidades da comunidade. Ele diz: *sabe como é que funciona? Quando a gente vai pra televisão, pro rádio... isso aqui só vai servir pra que eles tirem umas fotos e coloquem no site da prefeitura que o prefeito veio*. Cosme tinha razão. No mesmo dia à tarde já estava publicada a matéria no site da prefeitura com o título “Zito se reúne com trabalhadores rurais para discutir melhorias”<sup>4</sup>.

#### 4.6 Ala coreografada: Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos



Figura 26 – Entrada da Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos (Fonte: arquivo pessoal)

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/noticias/noticia/2807>>

Após o encontro na comunidade Tabuleiro, resolvi visitar a comunidade Piranema, onde se situa a Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos. Inaugurada em 1978 pelo então prefeito, o coronel Renato Moreira da Fonseca, o nome da escola foi uma homenagem a um sargento da Marinha. O que para muitos pode ser compreendido como uma cicatriz da ditadura militar no país, para a comunidade essa homenagem se transformou num grande benefício: na medida em que as necessidades da escola, sobretudo estruturais, não são atendidas pelo poder executivo municipal, acabam encaminhadas à Marinha do Brasil, que, mesmo precariamente, em comparação à prefeitura, tem assistido muito mais à escola.



Figura 27 – Imagens do acesso à Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos (Fonte: arquivo pessoal)

Localizada na divisa do município de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, o melhor acesso à escola se faz por Tinguá, distrito de Nova Iguaçu. Ainda assim, chegar até a escola por esse caminho significa seguir pela Estrada Federal de Tinguá por seis quilômetros e depois percorrer três quilômetros de um caminho em péssimas condições até chegar ao endereço da escola, a Avenida Brasil. Como curiosidade, cito um fato que me chamou a atenção durante o trajeto: mesmo com a precariedade da estrada que impede a circulação em alta velocidade, uma placa a

150 metros da escola informava aos motoristas que era necessário reduzir a velocidade.

Fui recebida pela funcionária Márcia, moradora da comunidade que me apresentou as dependências da escola. Ela informou que a unidade atende a cerca de 350 crianças em dois turnos, em turmas que vão da educação infantil ao sexto ano de escolaridade. Márcia conta que as turmas estão lotadas, pois as salas são pequenas e reforça que a comunidade cobra muito a ampliação da escola. Segundo ela, a diretora Raquel sempre procurou junto à prefeitura os recursos para a ampliação da escola, mas este pedido nunca foi atendido. No fim do ano de 2010, entretanto, Raquel resolveu buscar uma parceria com a Marinha que enviou militares para colaborar na ampliação, fez campanhas para conseguir o material para a obra e, finalmente, fez a ampliação por sua conta, por conta da ajuda da comunidade e por conta da Marinha.



Figura 28 – Expansão da Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos (Fonte: arquivo pessoal)

Segundo a funcionária, a secretaria de obras chegou a reclamar que a ampliação não possuía autorização da instância para ser realizada. Raquel então, pediu que a prefeitura fosse “se entender com a Marinha”, já que o plano de

expansão da escola havia sido organizado por ela. Rapidamente a secretaria de obras concedeu a autorização e a escola ganhou três das oito salas hoje em funcionamento. Márcia diz que apesar de todo esforço, ainda falta acabamento nas salas, mas que tem certeza de que a escola vai dar um jeito de resolver o problema. Ela desabafa.

Eu sinceramente acho que essas coisas acabam dificultando a identificação da comunidade com Duque de Caxias. As pessoas aqui identificam muito mais com o município de Nova Iguaçu, a começar pela estrada. Tente chegar aqui por Duque de Caxias: você não vai chegar. São seis quilômetros. Não dá pra passar. Ninguém passa. Na verdade, a gente está é esquecido aqui em Piranema. Ninguém sabe que a gente existe...

Augé (2010), ao explicar a noção de fronteira afirma que nela também está contida a ideia de mobilidade. De acordo com esse autor, apesar de sempre existente, na vida real, a fronteira é sempre móvel. *As fronteiras não se desfazem jamais, elas se redesenham* (p. 25). Sobre o esquecimento assinalado por Márcia em sua fala, a fronteira estabelecida no local onde habita a torna uma moradora do município de Nova Iguaçu para exercer seu direito de voto, por exemplo, mas a torna uma clandestina quando ela e outros moradores pleiteiam na prefeitura de Nova Iguaçu a melhoria da estrada. O mesmo ocorre com relação ao município de Duque de Caxias. Sobre isso, Augé (2010) reforça que *clandestinos são um tipo à parte de certas categorias (...). Os clandestinos distinguem-se de início dos outros pela negação em torno de sua existência* (p. 49).

Entretanto, de acordo com Márcia, as reuniões de pais na escola são bastante movimentadas. *Já que a comunidade não sabe bem onde e nem a quem pedir as coisas, costuma pedir aqui na escola*, diz ela.

Aproveito então para perguntar sobre a participação dos integrantes do assentamento Terra Prometida nas ações da escola. Márcia diz que o grupo está sempre tentando ajudar a escola de alguma forma. Informa que eles sempre levaram à direção o pedido de mudanças no currículo para que este incorporasse as questões do rural. Márcia diz: *é difícil... é conversa direta com a secretária de educação. Não sei se a prefeitura de Caxias tem esse propósito ou se vê as escolas rurais assim. O livro que chega não trata do rural, as atividades propostas nunca são aqui por perto*. Ela informa ainda que há uma mobilização da comunidade para que a escola ofereça educação para jovens e adultos: *Acho importante. Todos nós*

*queremos. Estamos preparando a proposta pra levar à secretaria... quem sabe a gente consegue.*

No dia seguinte à minha visita à escola, recebo um telefonema da professora Raquel, a diretora da Escola Municipal Sargento João Délio dos Santos, me dizendo: *Quero te dizer que estou muito feliz com este seu tema. Muito mesmo! Alguém precisava pesquisar isso aqui. Gostei!*

#### **4.7 Passistas: Escola Municipal Coração de Jesus**



Figura 29 – Entrada da Escola Municipal Coração de Jesus (Fonte: arquivo pessoal)

Quando cheguei para a visita à Escola Municipal Coração de Jesus, no portão estava a diretora Fátima que me aguardava para mostrar uma gama de documentos que se relacionavam à unidade. Esperava minha ida à escola há algumas semanas. *Eu tenho um monte de coisas pra te contar, pra falar da nossa escola. Separei um monte de fotos pra você!* disse ela.

Fátima é diretora da escola desde 1998. Porém, sua trajetória na escola começou bem antes, em 1990, quando entrou para a rede municipal com a função de orientadora pedagógica.

Estou aqui há muito tempo. Entra governo, sai governo, o pessoal da secretaria de educação muda, mas eu continuo aqui. Todo mundo me conhece. Me chamam de “coração” por conta do nome da escola. Eu chego na secretaria de educação e o povo diz: olha, a coração chegou!

A Escola Municipal Coração de Jesus se localiza na Estrada São Lourenço, km 50, a mesma que conduz à Estrada do Tabuleiro já citada nesta dissertação. Os mesmos percalços pelos quais se passa para chegar à comunidade Tabuleiro, também se passa para ir até a comunidade do Bambu Amarelo, local onde se instala a escola.

Atualmente, a unidade atende a 180 alunos em turmas do ensino fundamental, que vão da educação infantil até o sétimo ano de escolaridade. A oferta de turmas de segundo segmento, de acordo com Fátima, teve início em 2010, por conta das reivindicações da comunidade. Segundo ela, muitos pais de alunos iam por diversas vezes até a escola e pediam à Fátima que deixassem os filhos retidos no quinto ano de escolaridade, pois não havia onde as crianças estudarem depois. Vendo a necessidade da comunidade, Fátima intercedeu e depois de algum tempo conseguiu implementar ali uma turma de sexto ano. Havia um receio, contudo, de que uma escola, que por tanto tempo trabalhou apenas com o primeiro segmento, não conseguisse se adaptar à inclusão de um novo segmento. *Meu medo era de não conseguir professores pra trabalharem aqui. Era uma turminha só. O professor vinha de longe e só dava um tempo de aula...* Mas a mudança funcionou. Fátima conseguiu os professores necessários e afirma que se sente muito satisfeita com o trabalho docente. *Tem gente que mora no Recreio, em Vila Valqueire, vem pra cá... e não falta! São excelentes professores!* Em 2011, a escola abriu mais uma turma de segundo segmento para oportunizar aos alunos já matriculados a continuidade nos estudos. O problema agora, segundo ela, é que a escola expandiu o atendimento, mas não expandiu fisicamente. *Esqueceram de aumentar a escola para o segundo segmento... eu já não sei mais o que fazer porque no ano que vem nós vamos precisar abrir mais uma turma...*

A extensão do atendimento acabou também aumentando a procura pela escola. De acordo com Fátima, os alunos do Bairro Tabuleiro têm procurado a

escola para continuar os estudos. Ela relata as dificuldades pelas quais passa por conta do transporte escolar que nem sempre está em condições de conduzir os alunos que moram longe. O transporte escolar quebra muito, segundo ela, e, quando quebra, não pode pegar as crianças nem do Tabuleiro, nem das outras comunidades do entorno da escola. Fátima faz esse relato contando que a escola havia ficado por vários dias sem o transporte escolar, lembrando inclusive que a mãe de um dos alunos da escola havia tomado a iniciativa de caminhar pela estrada e, de sítio em sítio, recolher as assinaturas das famílias para entregar ao prefeito no encontro que ocorrera no dia vinte e cinco de abril. Conseguiu vinte e uma assinaturas e as entregou para o prefeito com lágrimas nos olhos.

Fátima explica que a regra que trata da frequência do aluno é a mesma para todas as escolas. É preciso ter setenta e cinco por cento de presença nas aulas num ano letivo.

Na última vez em que o transporte da escola quebrou, ficou vinte e um dias parado e muitos alunos não puderam frequentar as aulas. A orientação da secretaria de educação é a de lançar as faltas, encaminhar os nomes ao Conselho Tutelar da região... mas como posso fazer isso se o aluno não tem como chegar à escola?

Ela relata ainda que, por muitas vezes, acaba tendo que negociar com as famílias formas alternativas para resolver a questão do transporte dos alunos:

A nossa escola atende a três crianças de uma família que mora muito longe daqui, num sítio bem lá pra dentro do Tabuleiro. Sem o transporte escolar não haveria a menor possibilidade dessas crianças virem estudar. Daí, eu fui atrás dessa família. Eles moravam e trabalhavam em um sítio que o dono era bem rígido com os funcionários. No sítio tinha uma charrete que ficava lá parada e também uma criação de porcos. Resolvi negociar com ele. Ofereci os restos da merenda escolar como lavagem para os porcos do sítio com a condição de que a funcionária dele, que era mãe dos alunos, pudesse todos os dias ir até a escola com a charrete e pegá-la. Foi assim que eu consegui garantir o transporte para as três crianças e para mais algumas pelo caminho e ele nem sabia! A orientação da secretaria é de que a gente enterre os restos da merenda escolar. Problema resolvido! Nem o funcionário da escola precisaria escavar o pátio, nem as crianças iriam ficar sem estudar.

Encontro nas palavras de Fátima um exemplo de ação, uma prática cotidiana que Certeau (1994) nomeou como tática. De acordo com esse autor,

a tática tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos, mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato ou maneira de aproveitar a ocasião.

A diretora Fátima abre uma gaveta e me apresenta várias pastas. Numa delas documentos que tratam da inauguração da escola. Sua fundação data de 1958, mas a oficialização da unidade como sendo parte da rede municipal veio apenas em 1965. Num dos documentos, consta a doação da casa de taipa e de parte do terreno de seu sítio pela senhora Anerê da Silva para a criação da escola, que o fez exigindo apenas que o nome da escola expressasse sua devoção religiosa. Vale citar ainda que as condições precárias da escola levaram à sua demolição e à reconstrução provisória de um prédio no ano de 1971. Um provisório que permanece até os dias de hoje.



Figura 30 – Imagem da Escola Coração de Jesus em 1958. (Fonte: arquivo da Escola Municipal Coração de Jesus)

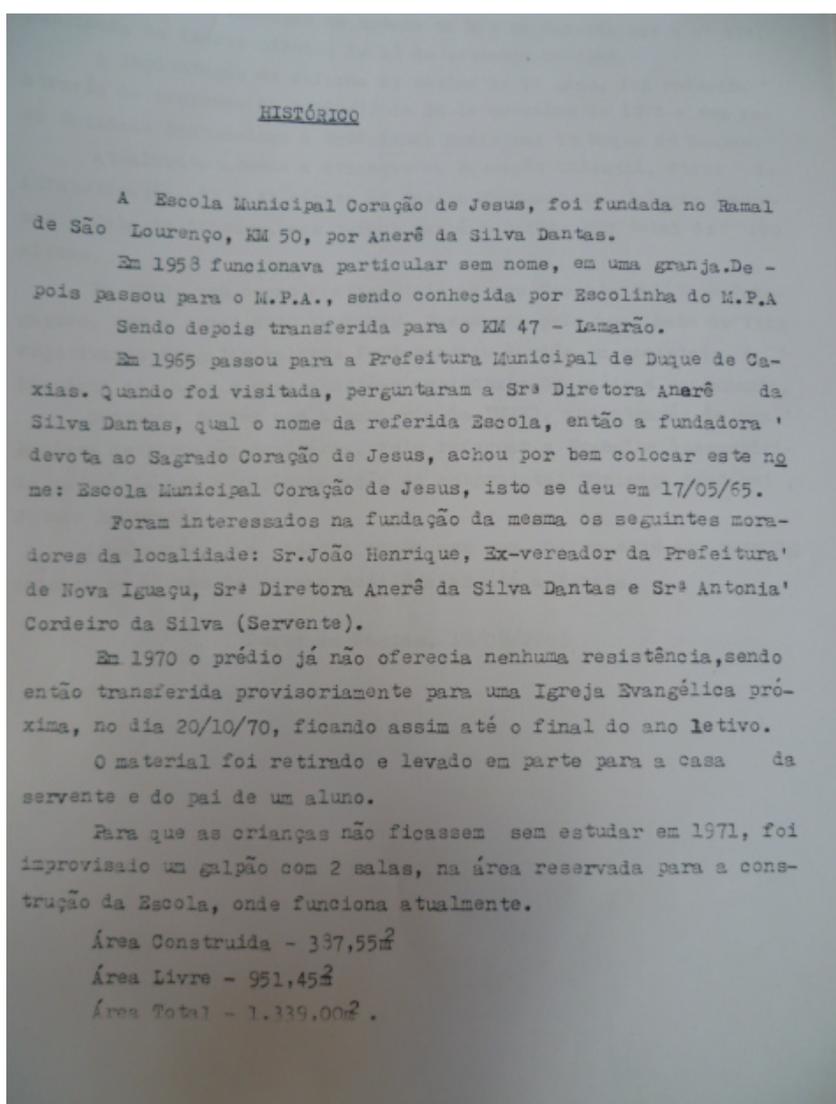


Figura 31 – Histórico da Escola Municipal Brasil-Itália (Fonte: arquivo da E.M.Coração de Jesus)

#### 4.8 Bateria: Escola Municipal Santa Rita



Figura 32 – Entrada da Escola Municipal Santa Rita (Fonte: arquivo pessoal)

A escola onde trabalho como orientadora pedagógica na data em que elaboro este texto, maio de 2011, e onde pretendo continuar trabalhando durante um bom tempo, foi certamente uma das maiores motivações que tive para desenvolver esta pesquisa. Os cinco anos de convivência com a comunidade do Garrão me proporcionaram experiências únicas e, que sobretudo, me fizeram compreender a importância do *espaçotempo* da escola nos movimentos cotidianos das pequenas comunidades.

Por esta razão, resolvi denominar a parte do texto em que apresento a Escola Municipal Santa Rita e as práticas da comunidade do Garrão como “bateria”, afinal, onde a bateria estiver, sempre haverá samba. É ela que impulsiona, motiva e movimenta a ginga de quem está no desfile.

A Escola Santa Rita foi criada em 1988, fruto da doação de mil metros quadrados do sítio Santa Rita pelo seu proprietário, o senhor Orlando. As narrativas daqueles que habitam a comunidade do Garrão hoje, mas que lá moravam desde a criação da escola, registram que o senhor Orlando se preocupou com o crescimento da comunidade e com as muitas crianças que lá estavam sem acesso ao ensino. A escola, cuja cerca era de arame farpado e que contava com apenas duas salas de

aula, foi criada, tendo como local para a preparação da merenda escolar a cozinha da residência do próprio senhor Orlando e como refeitório, um espaço de sua varanda com uma grande mesa.

Atualmente, a escola possui três salas de aula onde atende a seis turmas em dois turnos, da educação infantil ao quinto ano de escolaridade. A atual diretora, professora Fabíola Duarte, nasceu na comunidade, fez sua formação no magistério em Xerém e sempre trabalhou em escolas próximas. Quando fui comunicada de que Fabíola iria assumir a direção da unidade há dois anos atrás, a pergunta de meu interlocutor veio imediatamente após a minha afirmação de que não a conhecia: Como assim você não conhece a Fabíola? Todo mundo aqui em Xerém conhece a Fabíola.

Este pertencimento desde sempre à comunidade torna a diretora hoje uma figura digna de um respeito que ultrapassa os limites de suas atribuições na gestão da escola. Afirmo isso após receber na unidade escolar a visita de uma ex-aluna, Vitória. Na escola onde Vitória atualmente cursa o sexto ano de escolaridade, não houve aula em virtude de um grupo de estudos. Vitória resolveu então, visitar a escola onde permaneceu por seis anos estudando. Pede licença para entrar na secretaria e quando vê Fabíola, pede a benção a ela.

Em outra situação, quando na secretaria da unidade discutíamos os projetos que a escola desenvolve, chega um rapaz para entregar um cesto de flores. Enquanto todas as mulheres presentes naquela sala aguardavam que o mesmo pudesse ser uma surpresa feita pelo companheiro de alguma delas, o rapaz que fez a entrega avisou que as flores se destinavam à Fabíola. Não era seu marido que o havia feito. Era a mãe de uma das alunas da escola, de uma criança com deficiência auditiva, que no cartão que estava junto às flores, agradecia o empenho da escola no trato com a sua filha.

A parceria com a comunidade, há muito, se tornou uma necessidade para manter em

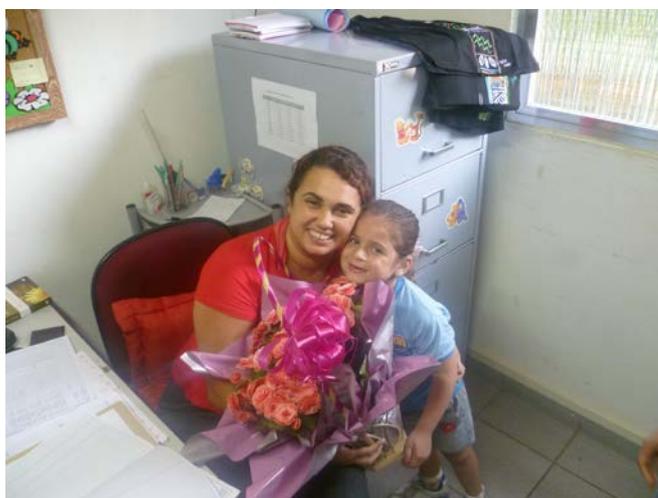


Figura 33 – Diretora Fabíola Duarte e a aluna Talita da Educação Infantil (Fonte: arquivo pessoal)

funcionamento a escola que atende a apenas cem alunos. Atividades diversas são pensadas para buscar este vínculo com os responsáveis. A escola hoje possui um clube de mães em que a orientadora educacional Celeste organiza oficinas e palestras bimestralmente para a comunidade dentro da escola. Reuniões para acompanhamento do desempenho dos alunos são sempre cheias. Os pais comparecem à escola sempre que chamados.

Do mesmo modo, a comunidade também entende que a escola é o local para se tentar resolver suas questões. É comum que mães de alunos procurem a escola para tratar de algum motivo pequeno, tal como o lanche que a criança tenha trazido na mochila, por exemplo, e emendem a conversa num desabafo acerca de questões familiares. Assim também, costumam procurar na escola encaminhamentos para atendimentos de saúde. Em diversas situações, o transporte escolar já conduziu alunos para o centro do município em virtude de alguma consulta médica que tenha sido conseguida pela escola.

Recentemente, esteve na escola um representante da secretaria de educação solicitando a entrega do planejamento do “Dia da Família na Escola”. As professoras, orientadoras e a diretora estranharam o pedido. Fabíola havia comparecido na sede da secretaria de educação no dia anterior e, segundo ela, nada havia à respeito desse projeto na pasta de ofícios da escola. O representante, então, afirma: *Não, foi por e-mail! Abra o e-mail de vocês e estará lá.* Houve muitas risadas na sala. Foi preciso explicar ao homem que não existe sinal de internet naquela região, que o computador da escola por muito tempo foi o computador pessoal da diretora, que o telefone da unidade nem sempre funciona e que, por um milagre, a escola estava dispondo de fornecimento de luz elétrica naquele dia, afinal, todas as vezes em que há vento, as árvores da Estrada do Garrão arreventam a fiação elétrica e toda a comunidade fica sem luz por vários dias. O representante da secretaria de educação diz então: *Não é possível que vocês não usem internet! Deve haver uma lan house por aqui!* Nova risada. Fabíola então responde: *A gente pode fazer um evento para a família na escola, sim. Mas não é pela imposição da secretaria. É pela nossa comunidade. Ela merece. Aliás, há muito tempo já desenvolvemos o clube de mães cujo propósito de trazer a família dos alunos para a escola.* O evento aconteceu num sábado. As famílias compareceram e, entre outras atividades, assistiram a uma palestra que tratava de violência doméstica ministrada por um policial militar morador da região e participaram de uma oficina de culinária



Figura 34 – Dia da Família na Escola (Fonte: arquivo pessoal)

com as merendeiras da escola. Ao final das atividades, a escola, que contava com uma grande quantidade de feijão em sua despensa que havia sido fruto de uma doação, resolveu colocá-los em sacos de dois quilos e distribuí-los para as famílias ali presentes. O representante da secretaria esteve lá para assistir as atividades. Elogiou o trabalho e pediu desculpas pelo mau jeito como chegou à escola. *Muito do que acontece na realidade da nossa escola não passa pela cabeça de quem está de fora criando as regulações*, diz Fabíola.

Sobre isso, Arroyo (1982) sinaliza que as especificades das escolas que têm como característica as suas ruralidades, no que tange às políticas públicas e à própria história da educação brasileira, passaram por longos períodos de esquecimento e por momentos curtos em que o problema do homem do campo foi retomado. Segundo ele, *a escola rural sempre representou um apêndice no limitado espaço dos projetos sociais; uma espécie de terra além das fronteiras e dos interesses dos centros de poder* (p. 1)

No ano de 2010, a escola foi procurada por alguns engenheiros da Petrobrás. Segundo eles, na Estrada do Garrão há uma represa da Petrobrás

que, por exigência legal, deveria atender a algumas normas de segurança, dentre elas, a realização de um treinamento para casos de emergência com a comunidade do entorno. Era necessário, realizar uma reunião com os moradores, explicar do que se tratava esse treinamento e como o mesmo seria feito. Os engenheiros verificaram que, naquele lugar, o melhor local para reunir a comunidade seria a escola. A reunião foi marcada e muitos pais compareceram. Durante a reunião, um dos engenheiros afirmou que não estava ali para criar pânico na comunidade, afinal, nunca houvera acidentes ali em cinquenta anos de construção da represa. Os moradores se entreolharam e Lúcio, pai de uma aluna hoje no quinto ano de escolaridade, discordou: *Eu nasci aqui. Há vinte anos atrás, a barragem se rompeu. A enchente carregou à casa de muita gente. Minha família mesmo teve que fugir para o alto de um morro porque nós perdemos a nossa casa. A gente vive aqui hoje, mas temos medo sim.*

O acidente relatado por Lúcio e confirmado pelos moradores que participavam da reunião não constava nos autos da Petrobrás. Perguntei então, ao engenheiro se ele incluiria o relato dos moradores nos documentos oficiais. Ele respondeu que era melhor “pra todo mundo” manter do jeito que estava. O treinamento foi realizado duas semanas depois. Toda comunidade participou.

Considerando que, por diversas vezes, as ações que provêm de instituições externas à comunidade, chegam à unidade como uma necessidade também externa a ela, tal como a realização do projeto Família na Escola porque todas as escolas municipais teriam que fazê-lo ou mesmo, a organização de um treinamento de segurança em virtude de uma exigência legal, fazem com que a comunidade se organize por conta própria através de ações que assegurem para si, já que não se constitui como interesse de quem a ela não pertence, a garantia de segurança, saúde, educação, lazer, cultura, entre outras.

Um exemplo disso é o projeto de artes realizado na Escola Santa Rita. O projeto teve início em 1999, nascido a partir do desejo de uma das professoras da unidade de ensinar às crianças dali técnicas de pintura. O alto custo dos materiais utilizados levou a escola a inventar maneiras diversas para apurar dinheiro. Foram rifas, festas, venda de lanches que garantiram e garantem a manutenção do projeto até hoje. Além disso, pais de alunos, que criaram adesão ao projeto, também, eventualmente, doam telas, tintas e pincéis. Ao final de 2010, a escola organizou uma exposição com aproximadamente cento e cinquenta telas. Os alunos-artistas

tiveram a opção, nesta exposição, de vendê-las ou de levá-las para si. Houve quem preferiu ficar com seus quadros, mas muitos que optaram por vendê-los. É comum, atualmente, encontrar nas casas dos moradores da comunidade, telas pintadas pelos alunos da escola. Desde a implementação do projeto de artes, a unidade vem tentando uma parceria junto à prefeitura no que tange ao fornecimento de materiais para a realização do mesmo. Quem visita a escola, se encanta, afirma que vai “brigar” na prefeitura por essa parceria, mas nada acontece nesse sentido. Foi quando recebemos o comunicado de que o prefeito do município visitaria a escola como parte de um projeto, cujo compromisso era de visitar todas as unidades da rede antes do Natal. Precisávamos pensar em algum modo do prefeito conhecer o trabalho desenvolvido na escola e, quem sabe, nos fornecer o material necessário para a continuação dele. Olhamos os quadros produzidos por todas as crianças. Escolhemos aquele que consideramos mais bonito e o enviamos para emolduração. No dia da visita do prefeito, após sua fala à comunidade, a diretora pediu a palavra, convidou ao microfone a professora Eliete, responsável pelo projeto de artes na escola e a aluna Daniele, do quinto ano de escolaridade, que havia produzido o quadro que nós emolduramos. Daniele, então, chorando muito entregou o quadro ao prefeito que disse a ela: *Você pode ter certeza, Daniele, que este quadro estará no meu gabinete amanhã como um símbolo da educação de qualidade que é oferecida*



Figura 35 – Daniele entrega seu quadro ao prefeito (Fonte: arquivo pessoal)

no município de Duque de Caxias. Sei que você está emocionada. O seu trabalho é muito bonito. Todos aplaudiram e Daniele chorou ainda mais. Terminada a visita, procurei por Daniele, que muito triste desabafou: *Eu não queria dar o meu quadro pro prefeito. Aquele quadro era meu!* Tivemos que explicar que aquela havia sido a forma que a escola encontrou para tentar fazer o projeto continuar. Ela acabou entendendo. Entretanto, nenhum fornecimento de material pela prefeitura foi feito até hoje. Daniele ficou sem o quadro dela. Aprendemos com isso que doação de trabalho dos alunos precisa antes ser autorizada pelos mesmos.

É esta escola, que me proporciona tantas aprendizagens cotidianas, o meu local de trabalho. Não sou capaz de esconder ou de minimizar o encantamento que tenho por esse lugar e pelas pessoas que lá estão. Aprendi a conviver com a natureza que atravessa a escola sem pedir licença, com os animais que escolheram a escola para se abrigar, com os pés de jaca, de limão, de tomate que o porteiro da escola cuida com tanto carinho. Aprendi também a reconhecer a luta diária de quem inventa maneiras de trabalhar quando não se tem energia elétrica, de quem pede carona na estrada do Garrão para levar um filho ao posto de saúde, de quem vai até a escola com um olhar esperançoso de que lá encontrará alguma alternativa para a solução de um problema. Enfim, esta é a bateria da minha escola de samba.



Figura 36 – Alguns animais que escolheram a Escola Santa Rita para morar (Fonte: arquivo pessoal)

#### 4.9 Alas das baianas: Escola Municipal Leny Fernandes do Nascimento



Figura 37 – Entrada da Escola Municipal Leny Fernandes do Nascimento (Fonte: arquivo pessoal)

O bairro onde se localiza a Escola Leny Fernandes do Nascimento tem um nome curioso: Chapéu do Sol. Sempre achei que esse nome se devia ao fato daquele lugar ser alto, distante e isolado. Foi nessa escola que descobri que a história do nome do bairro não é bem essa.

Claudia, que é professora da escola há treze anos, e Erenilva, cozinheira que mora no Chapéu do Sol há quarenta, dedicaram um pouco do seu tempo nessa e em outras explicações acerca daquela comunidade e daquela escola.

De acordo com Erenilva, há muitos anos morou naquele lugar um homem de pele muito clara e que caminhava o dia todo pelas estradas com um guarda-chuva preto aberto para se proteger do sol. Como não havia nenhuma outra referência para caracterizar o lugar, aquela região ficou conhecida como o “Chapéu do Sol”. Erenilva, que hoje tem cinquenta e um anos, conta que foi aluna da escola aos treze. Segundo ela, a escola era um grande salão que atendia a duas turmas multisseriadas. Entretanto, a estrutura frágil da escola a levou ao desabamento e

sua reconstrução foi feita no final dos anos 70, durante a gestão do Coronel Renato Moreira da Fonseca.

A escola hoje atende a aproximadamente oitenta crianças em turmas que vão da educação infantil ao quinto ano de escolaridade. Segundo Cláudia, a comunidade é pequena e as residências ficam distantes umas das outras, o que torna difícil a integração da comunidade e que traz para a escola a função de ser o ponto de referência para a discussão dos interesses coletivos. Cláudia afirma que é comum a escola tomar a iniciativa para as melhorias da comunidade e que tem tido uma ação orientadora na tomada de decisões.

A escola convidou o secretário de obras para um encontro com a comunidade para que pudesse reivindicar melhorias. Se pra eles é difícil ir até a secretaria de obras exigir mudanças, a gente traz quem tem essa potência aqui pra escola pra comunidade poder dizer o que pensa. E a comunidade reivindicou de verdade!

A discussão com a secretaria de obras girou principalmente em torno dos acessos à comunidade. O acesso até o Chapéu do Sol era feito através de uma ponte que com o tempo foi se deteriorando. Depois de muitos pedidos de conserto da mesma, a solução dada pela prefeitura foi bloquear a passagem pela ponte com terra e criar um novo acesso, que implicaria num caminho com distância maior para a comunidade, mas que garantiu a valorização de vários terrenos em torno da nova via. Em uma ação silenciosa, aos poucos a terra colocada pela prefeitura para



bloquear a passagem pela ponte está desaparecendo. Eu mesma, quando fui à escola, passei com meu carro por ela sem grandes dificuldades.

Cláudia também afirma que a escola sempre pode contar com a comunidade para fazer na escola aquilo que muitas vezes não é conseguido junto à prefeitura.

Figura 38 – Ponte de acesso à Comunidade Chapéu do Sol  
(Fonte: arquivo pessoal)

O grande problema aqui na escola era a umidade. As paredes eram tão úmidas que tínhamos medo de que a escola desabasse novamente. Pedimos muito à prefeitura que realizasse uma obra na escola, mas nada foi feito. Resolvemos utilizar o dinheiro que arrecadamos em festas aqui para comprar piso e colocá-los nas paredes. Organizamos um mutirão e a comunidade nos ajudou a colocá-los. Tinha pai de aluno na obra, tinha professora ajudando... Hoje a escola não passa mais por esse problema, mas a gente agradece à comunidade.

Erenilva diz que, atualmente, o que mais aflige a comunidade é trajeto para a escola feito pelas crianças e jovens que desejam dar continuidade aos estudos. Ela conta que as escolas que oferecem segundo segmento e de ensino médio ficam muito distantes da comunidade. *O caminho é todo feito a pé ou de bicicleta. Dá pena. Depois que acaba o verão, escurece muito rápido aqui. E aí você vê toda aquela garotada andando por quilômetros no escuro, diz ela.*

Quando saio da escola, percebo que na porta há um cachorro descansando. Uma criança me diz: *não fica com medo não. Ele não morde! É de um colega meu que está aí dentro estudando. Todo dia ele fica aí.* Penso, então, que pode ser mais um meio de proteção pra uma comunidade que reflete o desamparo que sofre do poder público.

#### 4.10 Ala das crianças: Escola Municipal Raul de Oliveira



Figura 39 – Entrada da Escola Municipal Professor Raul de Oliveira (Fonte: arquivo pessoal)

Uma escola bem pequena, com apenas duas salas de aula para, em dois turnos, atender às noventa e cinco crianças da educação Infantil ao terceiro ano de escolaridade: esta é Escola Municipal Raul de Oliveira.

Quando vi o endereço da escola, Rua Mato Grosso, nº 60, achei que se tratava de uma rua curtinha. Achei, inclusive, que a escola estaria localizada no início da rua. Imaginei, sobretudo, que ela poderia nem ser de acesso tão difícil assim.

Estava muito equivocada. A rua Mato Grosso possui numeração e paisagens irregulares. É longa, ora com uma pavimentação precária, ora com terra batida, ora com pedras de todos os tamanhos. Trafegando pela rua, às vezes se vê casas; às vezes, areais; às vezes, mata. A escola está no final da rua, bastante isolada da comunidade.

Cheguei à escola e fui recebida por duas professoras, Ana Paula e Sandra, que se dispuseram a conversar sobre aquele espaço. Ambas são professoras da unidade há muitos anos. A pequena escola não tinha alunos naquele dia. Houvera uma paralisação dos funcionários que prestam o transporte escolar. *Sem o carro, não há aula aqui. A escola fica distante da casa das crianças. Não há como chegar*, disse Sandra.

Sandra afirma que a relação da escola com a comunidade é feita por meio dos cadernos dos alunos, de bilhetes escritos pelos pais ou de recados dados aos motoristas do transporte escolar. Segundo ela, raramente um responsável procura a escola, pois a distância é grande. Contudo, é na brincadeira de “telefone sem fio” que a comunidade vai encontrando meios para se organizar. Em 2009, a precariedade da rua Mato Grosso, com sua enorme quantidade de lama, levou os moradores a fecharem a estrada com manilhas que estavam abandonadas na região como tentativa de chamar a atenção do poder público. Entretanto, fechar uma rua



Figura 40 – Rua Mato Grosso (Fonte: arquivo pessoal)

por onde tão pouca gente trafega só dificultou a vida dos próprios moradores. Sem conseguir o atendimento de suas demandas, alguns moradores resolveram pavimentar a rua por sua própria conta. De acordo com o que as professoras contaram, esses moradores foram de porta em porta solicitar a colaboração financeira para a iniciativa. Houve quem colaborasse, quem não quis colaborar e quem não podia colaborar. Daí, nasceu a irregularidade no revestimento do chão da rua Mato Grosso: quem pagou, teve asfalto na sua porta; quem não o fez, ou colocou pedras ou manteve a terra batida. A escola, isolada da comunidade, não tem asfalto e nem pedras em sua porta.

As professoras me conduzem à secretaria da escola. No pequeno espaço, há um computador, a mesa da direção e o refrigerador onde parte da merenda escolar é armazenada. A parte não-perecível da merenda fica estocada num outro espaço da secretaria. De um lado, um arquivo com documentos da escola e do outro, os itens da merenda escolar cuidadosamente arrumados. Na escola não há despensa, o refrigerador não cabe na cozinha. A escola, então, criou maneiras diversas de aproveitar o pouquíssimo espaço de que dispõe. Numa parede, há a foto do professor Raul de Oliveira, que foi homenageado por ter lecionado matemática em uma escola da rede municipal, tendo falecido num acidente de carro.



Figura 41 –Professor Raul de Oliveira (Fonte: arquivo da Escola Municipal Professor Raul de Oliveira)

Sandra relata que, apesar da multiplicidade de usos do espaço da secretaria, os alunos da unidade o veem com muito encantamento. De acordo com ela, é comum que os alunos fiquem na porta da secretaria admirando o diretor utilizando o computador da escola.

Não é algo a que essas crianças tenham acesso. O olhar dessas crianças está dizendo o que elas gostariam que tivesse aqui. Como seria bom para elas se a gente pudesse ter um projeto de informática pra esses alunos... mas eu nem sei muito bem onde poderíamos colocar os computadores, já que aqui não tem espaço pra nada. Mas seria um meio de construir mais expectativas pra essas crianças.

As duas professoras contam que gostariam muito que a escola fosse maior. Segundo elas, o pouco espaço do qual se dispõe acaba refletindo no conceito de educação que a comunidade atendida pela escola possui.

É um desejo de todo mundo. A gente queria que aqui houvesse refeitório, um pátio para as crianças brincarem, um parquinho para a Educação Infantil. O tamanho da escola acaba fazendo com que a comunidade entenda que ali é o lugar para se aprender a ler e a escrever e que essas habilidades só são desenvolvidas dentro da sala de aula.

Encerro minha visita à escola, depois de conhecer as duas salas onde as professoras lecionam. Há uma marca de capricho em cada pedaço da sala de aula. Carinho de quem faz o que pode com aquilo que tem.

#### 4.11 Ala da comunidade: Escola Municipal Barão do Amapá



Figura 42 – Entrada da Escola Municipal Barão do Amapá (Fonte: arquivo pessoal)

A pequena vila às margens da histórica Estrada de Ferro Rio do Ouro que, nos tempos do império, foi implantada com a finalidade de auxiliar na construção das adutoras que abasteceriam de água a antiga corte do Rio de Janeiro foi nomeada como Parque Barão do Amapá.

Localizado na divisa dos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo, o local que, nos tempos do Império, era um bairro bucólico, o qual durante muitos anos foi referência pela proximidade do rio Iguaçu (atualmente assoreado) e pela linha férrea, foi registrando ao longo da história a transformação de um espaço promissor em um local com alto índice de violência e miséria.

No encontro que tive com a Professora Roberta Barreto, secretária de educação de 1997 a 2004, ela me explicou que os maiores índices de subnutrição infantil do município ainda estão registrados na região. Nos últimos anos, a população do bairro foi aumentando sem estrutura para habitação.

Moradores mais antigos contam que o acesso ao Parque Barão do Amapá era bastante difícil em função das condições precárias da estrada Rio do Ouro. *Não havia como andar com calçado aqui. Quando jovem, tirava meus sapatos e andava descalça pela lama até ponte. Lá, eu pegava uma toalha na bolsa, limpava os pés, calçava os sapatos e ia trabalhar. Todo mundo fazia isso.* Este é o relato de Celina, moradora da comunidade e funcionária da Escola Municipal Barão do Amapá.

Celina, Glória, Ângela e Lili foram as minhas anfitriãs na visita realizada na unidade. Diferente de outras localidades que visitei, a escola está em uma área bastante povoada e atende a aproximadamente 370 alunos moradores da região. Favelas, moradias precárias, lixo pelas ruas caracterizam o bairro que, mesmo com uma população maior que as demais comunidades visitadas, evidenciou o quão difícil é chegar até ele.

Segundo as funcionárias da escola, sua fundação foi no ano de 1958 em local diferente de onde atualmente se instala. Criada na beira da pista, a pequena casa de madeira onde funcionava a escola pegou fogo nos anos setenta e sua reinauguração no atual prédio data de 1978.



Figura 43 – Imagens do bairro Amapá (Fonte: arquivo pessoal)

Ângela conta que, nos anos setenta, a comunidade que crescia sentiu a necessidade de ter nela uma igreja. Um dos moradores se comprometeu em trazer um padre do centro do município para celebrar missas no local. Apesar de terem conseguido o padre, não havia lugar para

celebrar a missa. A opção foi pela escola. Assim, a primeira missa daquela comunidade foi realizada no interior da unidade escolar e, durante algum tempo, a mesma foi celebrada lá, até que a igreja da comunidade fosse construída.

Até o ano 2000, o Parque Barão do Amapá não possuía pavimentação. Hoje, somente a pista principal e algumas ruas no entorno da escola são pavimentados. Todas as demais vias são de terra batida.

De acordo com Lili, bem próximo à escola havia um terreno onde a população despejava seu lixo. Em 2004, a prefeitura retirou o lixão do local e construiu uma praça. Contudo, não foi implementada a coleta regular de lixo no bairro, o que fez com que o lixão mudasse de lugar. Hoje, ele se encontra na rua Ponta Porã, há aproximadamente trezentos metros da praça.



Figura 44 – Praça do bairro Amapá (Fonte: arquivo pessoal)

A comunidade conta hoje com três escolas. O CAICC (Centro de Atenção à Criança Caxiense) que atende às crianças na educação infantil; a Escola Municipal Barão do Amapá, que oferece o primeiro segmento do ensino fundamental e o CIEP 348 Eugenia Moreyra, que oferece o segundo segmento.

De acordo com Celina, a comunidade costuma se organizar constantemente nas escolas para iniciar movimentos em prol de melhorias. Ela conta que já participou de reuniões realizadas tanto na Escola Barão do Amapá, quanto no CIEP.

Celina reconhece que a escola e as igrejas da região exercem ação fundamental na comunidade. *Temos boas escolas e boas igrejas. São elas que fazem com que a nossa população tenha fôlego pra viver aqui. Mas de que adianta por exemplo, a boa escola se os meninos não têm onde continuar os estudos depois?* conta Celina.

A funcionária relembra que a Escola Barão do Amapá obteve a terceira melhor nota em Língua Portuguesa nos resultados da Prova Brasil divulgados em 2006, mas explica que, apesar de cursarem um ensino fundamental de qualidade, a maioria dos alunos ali não têm onde, nem como, dar continuidade aos estudos.

Tudo é longe daqui. Se o menino quiser fazer o ensino médio, o mais próximo que tem é de baixa qualidade e no horário da noite. Aqui é perigoso. Não tem como a gente mandar as nossas crianças andarem sozinhas por essas ruas às dez, onze da noite. Daí, faz o quê? Fica sem estudar.

Finalmente, pergunto às funcionárias se elas acreditam que as demandas da comunidade atravessam o trabalho que é desenvolvido na escola. Glória me responde que as lutas da comunidade atravessam todos os espaços.

Você viu nossa condição de vida nesse lugar, a miséria, o lixo. Cada vez que a gente abre a boca por aqui é pra tentar melhorar alguma coisa. Eu queria mesmo que o prefeito experimentasse passar uns dois dias vivendo o nosso cotidiano. Sentindo o cheiro do lixão, andando em rua com lama até o joelho, cheirando poeira na pista pra esperar um ônibus por horas. Ah, seu eu pudesse fazer isso...

#### 4.12 Velha guarda: Escola Municipal Presidente Vargas



Figura 45 – Entrada da Escola Municipal Presidente Vargas (Fonte: arquivo pessoal)

A Escola Municipal Presidente Vargas data dos anos quarenta. Ninguém sabe precisar em que ano exatamente ela foi construída. Moradores antigos afirmam que ela foi fruto da doação de uma área do terreno de um morador que se identificava politicamente com o então presidente Getúlio Vargas. Provém daí, o nome da escola. A unidade passou a fazer parte da rede municipal no fim dos anos 70, na gestão do prefeito Renato Moreira da Fonseca.

Como não poderia ser diferente, passei por inúmeros percalços para chegar até a unidade. Seguindo durante algum tempo pela mesma estrada que me conduziu até as escolas Coração de Jesus e Tabuleiro, passei por fazendas, sítios, mata fechada e rios através de uma estrada precária chamada Estrada do Rio Pati.

Fui recebida na escola pela diretora Michele e pelo professor Geilson. Imensamente prestativos, eles falaram da unidade escolar e da comunidade no seu entorno com o ar de quem não se cansa de buscar alternativas para beneficiar aquela população. Geilson me diz que tem a sensação de que o tempo não passou ali. *Tenho a impressão de que voltei aos anos setenta. Não pega televisão, não*



Figura 46 = Imagens da Estrada do Rio Pati  
(Fonte: arquivo pessoal)

*tem telefone, as pessoas se locomovem usando carroças... É muito diferente a vida aqui, diz ele. Michele informa que a comunidade vive uma vida rural e que não possui pretensões de que esse modo de vida mude. É uma forma de permanência. Há crianças que nunca foram à Praça de Xerém. Vivo diariamente o desafio de respeitar esta opção da comunidade. Preciso proporcionar para essas crianças um ensino de qualidade adequado a esse modo de vida.* Michele conta isso e me mostra o projeto político-pedagógico da escola.

A orientação da secretaria de educação para o trabalho neste ano de 2011 se relaciona a direitos humanos. Sugeriram livros, atividades, tudo fora da realidade daqui. Resolvemos trabalhar com um outro tipo de direito: o direito de ser do jeito que se quer ser! No primeiro bimestre, fizemos a horta escolar. Tudo por aqui gira em torno da nossa horta. Agora, estamos desenvolvendo um projeto de agricultura domiciliar. Nossa parceria é com a Ong Onda Verde, que trabalha educação ambiental com as crianças. Ela nos ajuda a ensinar como é possível cultivar sem destruir, sem degradar. As crianças se identificam, a comunidade se identifica, só a secretaria de educação que não se identifica com a gente. Acha o trabalho desenvolvido muito bacana, mas não se identifica.

Aliás, trabalhar com direitos humanos conforme os moldes daquilo que é difundido pela secretaria municipal de educação significa partir de uma concepção abstrata de direitos humanos. Sobre isso, Arroyo (2004), explica.

A educação do campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à população trabalhadora do campo. É curioso constatar que desde o início da década de 80 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito humano. “Educação, direito de todo cidadão, dever do Estado” foi o grito ouvido nas praças e ruas de todas as cidades. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas desse avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes ou jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Consequentemente, ficaram à margem. O direito à educação foi vinculado a uma concepção abstrata de cidadania, e não fomos capazes de chegar à concretude humana e social em que os direitos se tornam realidade. (p. 10)

Michele também procurou junto à Unigranrio (Universidade do Grande Rio) conseguir uma parceira para oferecer assistência médica e odontológica para a comunidade.

Não há meios de sair daqui para ir ao médico. O médico, o dentista é que precisa vir aqui. Tem sido muito bom. Os estudantes da Unigranrio conhecem outras realidades de trabalho e nós somos beneficiados pelo trabalho deles. O ideal seria ter o programa de saúde da família, mas nem no posto de saúde da prefeitura tem médico...

O isolamento pelo qual a Escola Municipal Presidente Vargas passa, de acordo com a diretora Michele e o professor Geilson, se deve à distância e ao quantitativo de alunos atendidos. Hoje, a escola atende à quarenta e três crianças em cinco turmas da educação infantil ao quinto ano de escolaridade. Uma das turmas é multisseriada. É a escola municipal com menos alunos em Duque de Caxias. Relembrando a fala da professora Roberta Barreto, ex-secretária de educação, a secretaria de administração não compreende porque investir tanto numa unidade que atende a tão poucos alunos. Michele diz que vive a luta cotidiana para fazer com que a escola não seja fechada. Segundo ela, a escola já passou por diversas propostas dos órgãos centrais para que a unidade tenha seu atendimento encerrado e se ofereça um transporte que conduza as crianças da região ao centro do distrito. Contudo, Michele explica que não é isso que a comunidade deseja. Ela prevê que se a escola for fechada, as crianças não irão mais estudar.

Os pais matriculam as crianças aqui e desejam que elas aprendam a ler e a escrever e isso basta. Não querem que as crianças saiam daqui. Muitos acabam o primeiro segmento e param de estudar. Já sabem ler, já sabem escrever, já podem ajudar os pais na roça, na colheita... Imagine se fecham a escola. Nem a alfabetização essas crianças terão.

Para lutar pela existência da escola, Michele explica que os professores da unidade e a direção da escola têm uma responsabilidade muito grande. É preciso fazer um trabalho muito maior e melhor do que o de outras escolas para continuar existindo. Afirma que organiza com todo o cuidado os projetos da escola e procura enviar todos os registros das atividades que a escola promove para a secretaria de educação. Relata que a unidade sempre prepara grandes atividades na comunidade, porém, como a população dali é pequena, ela se organiza com a Escola Bairro Tabuleiro e, nas atividades coletivas, os alunos de lá assistem e participam do que é oferecido na Escola Presidente Vargas, e vice-versa. *Temos a felicidade de ter a Marilza na direção daquela escola (Bairro Tabuleiro). Nós sempre nos unimos para tentar manter essas escolas vivas*, afirma Michele. É interessante ressaltar que a solidariedade que une estas duas escolas por vezes pode ser compreendida como uma possível proximidade entre elas, contudo, a distância física entre as duas escolas é grande, além da precariedade das estradas que conduzem a ambas. Neste caso, a solidariedade se faz sobretudo pela necessidade de existência.



Figura 47 – Horta da Escola Municipal Presidente Vargas  
(Fonte: arquivo pessoal)

A adesão da comunidade às atividades da escola é uma realidade. Há pais de alunos que sempre se dispõem para capinar o terreno da escola, ou mesmo para ajudar da merenda escolar.

Neste momento, a escola se prepara para a realização da festa da colheita. Michele diz que o modelo de festa junina realizada nas escolas não cabe naquele espaço.

Pense numa festa junina de escola hoje: barracas vendendo pizza, cachorro-quente, bandeirinhas compradas na papelaria. Vamos fazer algo diferente. Vamos festejar a colheita! Vai ter milho, aipim cozido, doce de goiaba, tudo o que a gente produz aqui. Os pais já se dispuseram a ajudar.

Vou até a horta da escola, conheço as salas e o professor Geilson me pergunta se poderia estar presente em minha defesa. Mediante minha resposta afirmativa, Michele conta que seria muito bom se a secretaria de educação pudesse utilizar esta dissertação para pensar em políticas para as escolas de difícil acesso; que talvez as próprias direções dessas escolas pudessem se organizar para que juntas propusessem ações conjuntas. Mas lembra: *é difícil isso, não é? É tudo tão longe!*

## 5 CONJUNTO

Retomando o desfile, chego ao momento de apresentar o quesito conjunto. De acordo com o Manual do julgador da LIESA (2011), *conjunto, em desfile de escolas de samba, é o “todo” do desfile, ou seja, a forma geral e integrada como a escola se apresenta* (p.30). Longe de considerar esse todo como algo homogêneo, num desfile de escola de samba, a beleza do conjunto se dá na harmonia das especificidades. Detalhes variados, cores, formas diversas compõem um todo dependente de cada pequena parte.

Redijo as conclusões deste trabalho tendo como referência a ideia de conjunto apresentada acima. Penso que as práticas emancipatórias das comunidades de difícil acesso de Duque de Caxias fazem parte do desfile. Não podem ser compreendidas de maneira isolada do todo. Também não podem ser invisibilizadas e, conseqüentemente excluídas, tendo como concepção uma totalidade que homogeneíza.

Conhecer e viver as experiências cotidianas dessas escolas e comunidades, suas práticas emancipatórias, lutas pela existência e clamores pela visibilidade, me fizeram perceber o quanto é urgente a reflexão acerca dos processos de desigualdade e exclusão nos quais vivemos. A naturalização desses processos faz com que haja poucas oportunidades para compreendê-los ou com eles dialogar. Vivendo nessa sociedade, criamos pertencimentos, adesões, subordinações, inferiorizações e até uma certa ideia de integração, convencidos especialmente a partir da difusão de discursos que aquilo que é pensado para o todo é pensado em prol da igualdade. Assim, nos acostumamos com a concepção de que as semelhanças se combinam e buscamos essa igualdade em diversos padrões da nossa vida. Construimos em nós mesmos o sentimento de que tudo é melhor quando estamos entre iguais. Nossa identificação foi tecida a partir da semelhança e pela negação da diferença.

Assim, as escolas de difícil acesso vão sendo enumeradas como pertencentes à rede municipal, porém, suas experiências não aparecem nos meios oficiais de divulgação, não são convidadas para parcerias ou implementação de projetos, são as últimas a receberem uniformes, materiais, livros, reformas e a maioria não participa das avaliações nacionais. Assim também, através destes

processos, comunidades em áreas de difícil acesso, que pertencem ao município de Duque de Caxias, vão vivendo o isolamento e o descompromisso político com a dignidade de seus moradores.

A superação desta perspectiva provoca em muitos daqueles que têm o desejo de mudança, naqueles que estão sofrendo diretamente estas manifestações de exclusão, o sentimento de impotência na medida em que os caminhos para a visibilidade e para o pertencimento real nas ações promovidas no município não são claramente definidos. Muitas vezes, tais caminhos nem existem e precisam ser tecidos pelos próprios subalternizados. Faz-se necessário, portanto, delinear pontes para que se articulem tanto ações que promovam a igualdade, quanto práticas que considerem a identidade desses *espaçotempos*.

Nas narrativas que ouvi durante esta pesquisa pude perceber que o que de fato vem mantendo viva alguma utopia no agir destas micropopulações têm sido as reinvenções produzidas a partir das exclusões vivenciadas. Tais reinvenções cotidianas nos convidam a pensar que se tratam de novas práticas democráticas, que superam o mero entendimento da democracia com base na representação e nos abrem portas para a remodelagem deste conceito sob o viés da participação. Arroyo (2004) explica.

Cada coletivo de educadores e educadoras nos movimentos populares do campo tem suas histórias a contar. Ricas práticas que se traduzem em atos sérios da educação, seja na diversidade dos movimentos sociais, seja nas escolas, nas famílias e nas lutas pela terra. Experiências e práticas que merecem ser registradas, refletidas e mostradas. (p.8)

Desde a pavimentação de uma rua alcançada através de cânticos religiosos diários na janela da residência do prefeito, até as subversões do currículo proposto pela secretaria municipal de educação para atender as peculiaridades da clientela de uma escola rural, cotidianamente, as comunidades e unidades escolares pesquisadas vêm reinventando formas de existir e, sobretudo, de existir dignamente. O fazem, portanto, criando novas formas de entrar no jogo.



Figura 47 – Novas formas de entrar no jogo (Fonte: arquivo pessoal)

Dadas as condições de subalternidade e de exclusão a que são submetidas essas comunidades, numa sociedade em que o global se encerra como portador de validade inequívoca, estas reinvenções cotidianas, produzidas por lógicas próprias de cada *espaçotempo*, que são multiculturais, multiétnicas e multiterritoriais, se apresentam como articulações de diferentes formas democráticas proporcionando assim novas concepções acerca de igualdade e de identidade.

Santos (2006a, p. 316), enuncia que *temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza*.

A desinvisibilização das lutas cotidianas dessas comunidades e dessas escolas, além da expressão de suas intencionalidades, contribui sobremaneira para que as mesmas conquistem legitimidade e proporcionem abertura para o conhecimento de tantas outras práticas que venham a ser produzidas pelos praticantes de tantas outras comunidades e escolas contribuindo, assim, para a ampliação da democracia social.

Não se trata de uma tarefa fácil. Talvez, alguns imaginem que para alcançar tal potencialidade seria necessário reconfigurar os conceitos existentes no que tange à identidade, à alteridade e à socialidade. Com Maturana (2002), penso que o passo inicial está no *reconhecimento do outro como legítimo outro*, e ainda, no que se refere aos processos educativos, a possibilidade do que Michele, diretora da

Escola Municipal Presidente Vargas, nomeou como o *direito de ser o que se quer*. Sobre isso, Skliar e Duschatzky (2001) afirmam:

É impossível educar se acreditamos que isto implica formatar por completo a alteridade, ou regular sem resistência alguma, o pensamento, a língua e a sensibilidade. Porém parece atraente, pelo menos não para poucos, imaginar o ato de educar como uma colocação, à disposição do outro, de tudo aquilo que o possibilite ser distinto do que é, em algum aspecto. Uma educação que aposte transitar por um itinerário plural e criativo, sem regras rígidas que definam os horizontes de possibilidade. (p.135)

Deste modo, quem sabe possamos sair um pouco do cerco culturalista, político e identitário a que nos submetemos e possamos sonhar, desejar, até mesmo porque a utopia é necessária. Concluo este trabalho com a certeza das limitações que saltam no diálogo com uma sociedade excludente, mas sobretudo, o faço com os sonhos de quem crê no ineditismo da vida de todo dia. Como afirma, Augé (2010), *nós precisamos da utopia, não para sonhar realizá-la, mas para tê-la conosco e nos dar assim os meios de reinventar o cotidiano* (p.109). Porém, além da utopia, é preciso ter meios de ação e não perder as possibilidades de reconhecimento das quais estas reinvenções dependem. Enfim, como diz Santos (2006b), *em cada momento, há um horizonte limitado de possibilidades e por isso é importante não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece: carpe diem*. (p.759).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes**. 3.ed. Petrópolis: DP&A, 2008a.

\_\_\_\_\_. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In:\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes**. 3.ed. Petrópolis: DP&A, 2008b.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Esther; ARROYO, Miguel Gonzalez; NOSELLA, Paolo (Orgs.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_. Escola, cidadania e participação no campo. **Em Aberto**, Brasília, INEP, v.1, n.º 9, set. 1982.

\_\_\_\_\_; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Apresentação. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6.ed. Campinas: Papirus, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal, 2010.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BARONI, Patrícia. Saberes dos cotidianos: tecendo trilhas para novos modos de produção do conhecimento. **Revista Revelli**, v.1, n.2, p.7-16, out 2009.

BUFFA, Esther. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, Esther; ARROYO, Miguel Gonzalez; NOSELLA, Paolo (Orgs.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CALDART, Roseli. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, n. 11, out. 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Christiane; PINHEIRO, Edie; SANTORO, Paula. Introdução. In: COSTA, Christiane; PINHEIRO, Edie; SANTORO, Paula (Orgs.). **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Petrópolis: DP&A, 2003.

FOERSTER, Heinz Von. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

LIESA. **Manual do julgador: carnaval 2011**. Rio de Janeiro, 2011, 35 p.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MOREIRA, Roberto José . Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Mundo rural e culturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_; SGARBI, Paulo. **Estudos do cotidiano e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (org.). **Conflito de direito de propriedade: invasões urbanas**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.1.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 14. ed. Porto: Afrontamento, 2003.

SKLIAR, Carlos; DUSCHATZKY, Sílvia. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e bioéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SPENCER, Herbert. **Do progresso, sua lei e sua causa**. 2. ed. Lisboa: Inquérito, [19--].

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

## ANEXO – Lei Nº1.329/97

PROCESSO Nº 019/6/97 PLS. 14

LEI Nº 1329, DE 15 DE JULHO DE 1997.

Institui a gratificação de "Difícilimo Acesso", e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica instituída, com base no Inciso X, do Artigo 201, da Lei nº 1.018, de 27 de dezembro de 1990, a gratificação de "Difícilimo Acesso", destinada a atender a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata o "caput" deste artigo, será de 30% (trinta por cento), incidentes sobre o vencimento-base do Servidor.

Art. 2º. - O Chefe do Poder Executivo definirá, através de ato próprio, as escolas que serão abrangidas pelo artigo anterior, para efeito de aplicação da presente Lei.

Art. 3º. - A gratificação de que trata os Artigos 1º e 2º da Lei nº. 1.048, de 08/5/91, com a nova redação que lhe foi dada pelo Artigo 1º da Lei nº. 1.062, de 17/7/91, cujo percentual foi modificado pelo Artigo 10, da Lei nº. 1.241, de 04/10/94, é extensiva aos destinatários do Artigo 11, Incisos III, IV e V, todos da Lei nº. 1.070, de 19/9/91.

Art. 2º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 1997.

DUQUE DE CAXIAS, em 15 de julho 1997.